

POR UMA POLÍTICA DO POVO*

Jacques Bidet**

A emergência do neoliberalismo, nos anos 70 do século XX, provocou, no seio do marxismo, uma catástrofe, da qual ele ainda não se recuperou. Na prática, a fraqueza do marxismo, se manifesta diante da questão ecológica. Como, diante dessa questão, que, na atualidade, tornou-se a questão política central, o povo, a quem se endereçou o apelo “Trabalhadores de todos os países, ...”, poderia novamente tomar a iniciativa em escala mundial? Tudo está por reconstruir. Mas, como?

Minha reflexão toma como ponto de partida a crise atual do marxismo. Evidentemente, o marxismo sempre esteve em crise. Ele se desenvolve por meio de crises sucessivas. Mas podemos nos interrogar se a presente crise não é a derradeira. Eu situei o seu início por volta dos anos 1980. Na década que precedeu, pelo menos aos olhos dos marxistas, “o fundo do ar era vermelho”¹, como parecia apontar a convergência de grandes lutas sociais, socialistas, anticoloniais e feministas. Mas, quando o neoliberalismo se afirmou em escala mundial, tudo o que lembrasse partidos, reivindicações ou perspectivas “marxistas”, sem falar de regimes, pareceu desmoronar como um castelo de cartas. Há resistências, é claro, e lutas incessantes. Mas já não há horizonte.

Nos dias em que vivemos, alguma coisa parece ter mudado. Já se tornou possível ler, no *Le Monde*, definido como “grande e respeitado jornal”, uma chamada em primeira página, em letras garrafais, para o resultado de uma enquete na qual se perguntava: “O capitalismo vai desaparecer?”. As respostas à enquete foram um tanto confusas, é claro. Mas a questão começou a ser colocada publicamente. E a razão para isso é que, hoje, percebe-se, cada vez mais claramente, a ação destrutiva do capitalismo sobre a natureza. Por derivação, a ecologia veio despertar o marxismo.

* Conferência proferida na Sorbonne Université, em 16 de outubro de 2019. Versão para o português por Ricardo Alexandre Santos de Sousa, Doutor em História pela Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), Professor Adjunto da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Autorização para a publicação concedida pelo autor à Revista Politeia em 05/11/2020.

** Professor emérito da Université Paris X - Nanterre. Doutor em Filosofia e teórico da sociedade moderna. Diretor honorário da Revista Actuel Marx. E-mail: j.bidet@wanadoo.fr

¹ Referência ao documentário *Le fond de l'air est rouge*, de 1977, dirigido por Chris Marker, sobre as esperanças e decepções dos vários movimentos que eclodiram no ano de 1968, passando pela Revolução Cultural, na China: o regime cubano; a Primavera de Praga e os movimentos estudantis franceses. O diretor procurou demonstrar, em sua obra, os rumos incertos da sociedade.

Descobre-se, agora, que existem, nas abordagens de Marx face à questão ecológica, alguns recursos teóricos e práticos inexplorados. O problema, segundo me parece, é que o marxismo na sua versão comum – o que chamo de “marxismo vulgar” – não se mostra verdadeiramente preparado para o cumprimento da tarefa que dele se espera. Não porque a teoria marxista seja uma doutrina do passado, tão somente apropriada ao século XX. Suas carências e seus erros, em realidade, lhe são inerentes desde a origem. Eles decorrem, por um lado, de sua teoria da estrutura de classes no seio do Estado-Nação moderno; por outro lado, de sua teoria do Sistema-mundo moderno. Essas teorias aludem, ao mesmo tempo, ao estrutural e ao sistêmico. Essa dupla, estrutura/sistema, assim entendida, articula toda a análise realista da sociedade moderna.

As carências do Marxismo não são fáceis de identificar porque são da ordem do tabu. De uma parte, um tabu estrutural, centrado na estrutura de classe. De outro parte, um tabu sistêmico, centrado no Sistema-mundo. A essas duas ideias – da estrutura de classes e do Sistema-mundo – soma-se uma terceira, que introduz o conceito inédito de Nação-mundo. São essas ideias que orientam a organização do presente texto em três partes.

PRIMEIRA PARTE: O TABU DA ESTRUTURA MODERNA DE CLASSES

Marx analisa as relações de classes como relações de exploração e dominação. A relação de exploração ocorre quando indivíduos são constrangidos a trabalhar para outros. Mais precisamente, quando uma relação de força, em escala social, constrange alguns a trabalhar um tempo maior do que o requerido para a produção de sua própria subsistência. Marx compara três situações históricas. Na escravidão, a coisa é clara. Da mesma forma, na servidão, onde é visível a parte do produto destinada ao senhor. No capitalismo, a exploração resta invisível, já que o trabalho assalariado pressupõe uma relação de troca entre o empregador e o empregado. Nos três casos existe exploração, já que os trabalhadores são constrangidos a trabalhar mais do que o tempo requerido para a produção de subsistência. Partindo desse pressuposto, Marx elaborou um conceito geral de exploração válido para toda e qualquer sociedade, para a nossa, inclusive. Mas é precisamente nesse ponto que, quando se observa o “marxismo vulgar”, uma surpresa nos espera sob a forma de tabu – o tabu estrutural. É preciso saber identificá-lo.

Vejamos o que se entende como estrutura de classes na forma moderna de sociedade, no tipo de sociedade que Marx designa como “moderna” ou “burguesa”. A sociedade moderna se autodefine pela existência de um governo sob a égide da razão comum. Marx claramente estabeleceu que essa razão, que se reconhece no discurso do “contrato social”, não pode, na realidade, assegurar a condição racional da produção, que se articula a partir de dois “mediadores”: o mercado e a organização. Marx reconheceu que essas duas instâncias de mediações racionais funcionam como fatores de classe, que se articulam no conceito moderno de classe. Mas essas questões não foram corretamente tratadas. Percebe-se uma incorreção na perspectiva historicista que o guia e que guiará aqueles que a ele se reportam: a perspectiva da trajetória revolucionária, que levaria à superação do mercado capitalista pela organização socialista.

Hoje estão claros os limites dessa assertiva. A crise do marxismo, a grande crise atual do “marxismo vulgar”, está assentada, me parece, sobre esse erro historicista. É necessário, portanto, reconsiderar a hipótese.

O erro de Marx em *O Capital*, segundo minha análise, decorre de sua definição de classe dominante como uma “classe capitalista”. Ela se compõe, na realidade, de duas vertentes, dois polos: de um lado, os capitalistas, senhores do mercado; do outro lado, aqueles que eu designo, logo veremos em que sentido, como os “competentes” senhores da organização. O paradoxo é que o próprio Marx havia elaborado os quadros conceituais para abordar corretamente essa questão, sem, entretanto, ter avançado no seu uso. Tentaremos retificar e explicar esse paradoxo.

Falemos primeiramente dos capitalistas, começando por aquele que é o ponto forte de Marx na matéria. Consta do Capítulo 5 do Livro 1 de *O Capital* (Capítulo 7 da versão francesa, frequentemente utilizada porque corrige a versão em alemão e torna claro o sentido dos títulos dos dois capítulos anteriores). O que apresentamos como ponto forte, que passa despercebido pelo marxista vulgar, é a distinção entre a produção em geral, que é a produção de valor de uso, e a produção de mais-valia. Marx entende que a lógica do capitalismo não é guiada pela produção do valor de uso, que são as riquezas concretas, mais pela produção de uma riqueza abstrata, a mais-valia.

O capitalismo deve, certamente, fazer produzir valor de uso para produzir as mercadorias, e deve fazer produzir e vender mercadorias, se quiser fazer produzir mais-valia. Mas, rigorosamente, seu objetivo é estritamente a obtenção da mais-valia, qualquer que sejam as consequências sobre os humanos e sobre a natureza. É essa a tese ecológica fundadora de Marx, por meio da qual ele estabeleceu as bases da ecologia política. Marx não é um ‘produtivista’, como dizem aqueles que nada compreenderam, porque ele desconstruiu o próprio conceito de “produção”. Os capitalistas produzem não importa o que, a preço de não importa qual destruição, contanto que resulte na mais-valia. Essa é pelo menos a sua lógica particular, desde que sejam deixados livres para agir. É a partir daí que devem ser abordadas as relações modernas de classe.

De resto, sobre o capitalismo – termo utilizado atualmente para designar o que Marx denominou como “Modo de Produção Capitalista” – nada mais irei tratar aqui. A teoria do capitalismo foi a que Marx mais luminosamente elaborou e que a tradição marxista melhor reconheceu. E é ela que se desenvolve, hoje, nos estudos marxistas do neoliberalismo, da dominação do capitalismo financeiro, do seu extrativismo destruidor etc.

Mais nada direi também sobre os capitalistas. Me limitarei a completar o quadro da estrutura de classe. Lancemos o olhar sobre o outro polo da classe dominante, que eu designo como aquele das “competências”. Suponhamos que o que eu acabei de apontar como concernente à lógica dos capitalistas esteja correto. Deduz-se daí que uma classe dominante que não fosse formada por capitalistas não poderia ser uma classe dirigente – para retomar a dualidade gramsciniana “classe dominante/classe dirigente”. Esta seria imediatamente levada ao caos. Mas a classe dominante comporta uma outra

vertente, um outro polo, aquele que autores como Foucault e Bourdieu fizeram reconhecer na dimensão de uma alternativa à ordem de mercado.

Marx já havia estabelecido a distinção, mas a submeteu a uma perspectiva historicista, que apontava para uma trajetória que iria do mercado à organização. Esses autores, que também são herdeiros de Marx, retificaram a imagem. Eles tentaram identificar um outro fator de classe, que designarem como “saber-poder” ou como “capital cultural”. Da minha parte, falo de “competência” para designar, de acordo com o espírito de Weber, as modalidades de saber que outorgam autoridade. Autoridade competente, portanto. Deste modo, a classe dominante reúne, de um lado, aqueles que têm privilégios reconhecidos de propriedade sobre o mercado e, de outro, aqueles que têm privilégios reconhecidos de competência nas organizações sociais. Os privilégios de competência são aqueles que viabilizam o acesso a posições de direção e de expertise, sendo que tal “expertise” é praticada em todos os níveis. Nessas condições, a classe dominante pode ser, também, classe dirigente.

Essa é uma vasta questão, que abordarei apenas sob o ângulo do tabu: o tabu estrutural de exploração. Os competentes são também exploradores, mas não em uma perspectiva da mais-valia. Trata-se de uma exploração de *status*. Na sociedade, os competentes estão inseridos em uma relação de força que lhes permite assegurar, como os nobres de outrora, o privilégio de um certo “estilo de vida”, que lhes faculta exercer a autoridade competente e a reproduzir essa autoridade em posição dominante. A interpretação literal da análise de Marx, conduz à afirmação de que não há desigualdade social, mas somente relação de exploração. Reconheçamos que isso é muito doloroso para o competente. O marxismo vulgar só conhece “a exploração capitalista”, aquela que promove a acumulação infinita nos bolsos do famoso grupo do 1% mais ricos, os quais, acredita-se, dirigem o mundo. Eis o tabu estrutural, por meio do qual a dominação não calcada na exploração é ocultada.

Não se deve pôr no mesmo patamar os competentes e os capitalistas. A função dos competentes é articular os meios adequados aos fins e que, nas relações de forças sociais, são tidos como úteis. O que é útil aos capitalistas é a mais-valia. Mas os capitalistas não estão sozinhos nem unificados na apresentação de demandas. Eles mantêm, entre si, relações de concorrência sobre o mercado para a acumulação de mais-valia. Os competentes, por sua vez, estão em competição nas organizações, para acumulação de “glória” e para o reconhecimento de suas competências, que constituem o princípio de seu poder. Eles não produzem pelo lucro, eles produzem para produzir, para produzir valores de uso. Mais quais? E por quem? Vasto objeto.

Me limitarei ao fato de que os competentes exercem o seu poder de direção se explicando e, portanto, sempre se expondo. Nesse ponto, eles se distinguem dos capitalistas. Eles estão a uma distância menor das pessoas comuns. Eles se situam em uma relação de proximidade em relação a essas últimas. Seu poder se exerce em instituições – escolas, hospitais etc. – cujas invenção e promoção não são de iniciativa do capital, mas respondem a exigências populares, afirmadas em lutas seculares.

Se é verdade que a classe dominante comporta um duplo polo, um dos capitalistas e outro dos competentes, pode-se deduzir que a luta moderna de classes não se desenrola, simplesmente, sob a forma

de um duelo entre uma classe dominante e uma classe popular, mas que ela tem um caráter triangular. Ela pode ser compreendida como um “duelo triangular”, que se trava entre duas classes, mas entre três forças sociais. Isso, aliás, os marxistas têm compreendido e praticado, sobretudo nos grandes momentos revolucionários, sem, contudo, teorizar a respeito, a não ser de maneira eufemística. Em nome de que o marxismo fala, senão de uma possível aliança entre competentes e o povo? Se qualquer coisa nesta relação permanece um tabu é porque esta aliança possível se realiza, sempre, sob o manto de uma surda violência, que os competentes insistem em esconder. E que convêm, portanto, que o povo a traga à luz.

Volto-me agora ao povo. Ou seja, à classe que chamo de “fundamental”, ou classe “popular”, aquela dos sem-privilégios. Estes não têm privilégio de propriedade sobre o mercado, nem privilégio de competência nas organizações. No entanto, não se pode dizer que eles são sem poder. Ao contrário, eles detêm um grande poder social e um grande saber, que se manifestam em todas as obras de civilização da sociedade moderna. É nesses termos que, segundo me parece, devem ser estudadas as lutas políticas, sindicais e associativas. De um lado, deve-se compreender que as lutas de classes incidem sempre sobre os fatores de classes, que se combinam no conceito moderno de classe; por outro lado, há que se entender que não há “classe média”, mas uma classe dominante com dois polos, e que a chamada “classe média” pode dominar na medida em que ela é, também, dirigente.

Em face da classe dominante, a classe fundamental, a classe popular, no singular, deve construir sua unidade, a despeito de suas divisões, que são de dois tipos. Existem “frações” de classe que são definidas de acordo com as relações com o mercado ou com as organizações. Devem ser considerados, também, como “estratos” separados, os que conseguem acumular algum ganho no mercado ou algum controle sobre as organizações e, de outro lado, aqueles que são desprovidos dessa sorte. Dessa situação resulta que a classe popular tende, atualmente, diante da ascensão e pujança do neoliberalismo, a se dividir em um povo A, que se organiza para manter suas aquisições, e um povo B, pulverizado, no qual se encontram um grande número de mulheres, estrangeiros (ou o que se entende como tal) e jovens, que são totalmente despossuídos. Esta é, muito abstratamente evocada, a gramática necessária para se compreender as modernas lutas de classe

Se a estrutura de classe é analisada nesses termos, pode-se inferir que a classe popular se encontra diante de um duplo imperativo estratégico: em primeiro lugar, trabalhar para promover a união entre povo A e povo B; e, a partir dessa posição de força, se engajar no duelo triangular, onde se coloca a questão de aliança com os competentes com o propósito de alcançar a hegemonia. Em outros termos, estamos, agora, em condições de enunciar o axioma estratégico do povo: dominar o mercado por meio do controle das organizações e controlar as organizações por meio da democracia; ou, ainda, controlar os capitalistas por meio de alianças com os competentes e controlar os competentes mediante seu engajamento democrático.

SEGUNDA PARTE: O SISTEMA-MUNDO E O TABU DA NAÇÃO

Tomemos como ponto de partida o Estado-nação, começando pelo Estado, compreendido, na perspectiva de Marx, como uma relação social, a relação política entre as classes. O “Aparelho de Estado”, no sentido ordinário do termo, designa o conjunto das instituições nas quais se exerce o poder de Estado: parlamento, tribunais, forças armadas, polícia, administração. O aparelho de Estado não se confunde, pois, com o Estado no sentido proposto por Marx.

O Aparelho de Estado está no foco do confronto da relação de Estado, e é o confronto que vai determinar qual o conteúdo da luta. A contribuição de Gramsci e de Althusser consiste no fato de ambos terem mostrado que o Aparelho de Estado tem suas raízes em outros “aparelhos de Estados” – escrito no plural em minúsculo – sobre os quais deve-se estar atento para apreender a verdadeira dimensão do conceito. O Aparelho de Estado compreende, ao mesmo tempo, entidades econômicas e sociais, públicas e privadas, constitutivas de um espaço nacional, que se constituem em lugares de confronto político. É no contexto dessa batalha generalizada que vai se estabelecer o “regime de hegemonia”.

A instituição parlamentar é um ponto de referência nessa batalha geral. Era de se esperar – e é mais ou menos isso que o marxismo vulgar dá a entender – que, nesse espaço, à direita se encontram os representantes da classe dominante e à esquerda os representantes do povo. Na realidade, essa clivagem se constituiu anteriormente, entre os dois polos de classe dominante. De um modo extremamente esquemático, pode-se afirmar que à direita está o partido-capitalista e à esquerda o partido-competente. Evidentemente, eles se interpenetram de múltiplas maneiras e muitos outros fatores intervêm nesse âmbito. Quanto ao povo, seu lugar é igualmente à esquerda, por razões que já explanei. Se bem que há, estruturalmente, duas esquerdas: de um lado, uma esquerda “competente”, elitizada, e, de outro lado, uma esquerda popular. Há, também, é claro, um confronto entre a direita e a esquerda. Este é o contexto estratégico que se impõe para uma política do povo.

Por “regime de hegemonia”, eu entendo a relação entre três forças sociais primárias: duas forças distintas no topo, porque a classe dominante comporta dois polos, e uma na parte de baixo, a classe fundamental. No Antigo Regime, como mostrou Foucault, o polo de competentes prevaleceu, até que o polo capitalista terminou por sobrepujá-lo, na segunda metade do século XVIII. O Regime Burguês nasceu da aliança, desigual, com o povo comum, e se manteve até os anos 30 do século XX. Neste momento, teve início, notadamente nos grandes países do centro, um interlúdio significativo, com a difusão do regime de Estado Social, marcado pela aliança entre o povo e os competentes. Este regime foi posto em xeque em torno dos anos 1970-80, quando se alargaram, ao mesmo tempo que as fronteiras, os espaços econômicos nacionais nos quais tinha sido forjada a aliança. O Regime Neoliberal, que se estabeleceu a partir de então, não deve ser reconhecido apenas como uma mudança de regime de hegemonia, com o retorno em força do poder-capital sob a forma do capital financeiro, que se serviu do poder competente. O Regime Neoliberal marca, também, a entrada em uma nova época dos tempos

modernos, que assistirá o aparecimento, para além do Sistema-mundo, da inquietante imagem de um Estado-mundo.

Mas comecemos pelo Estado-Nação. Marx elaborou perfeitamente o conceito de estrutura de classes, como articulação de uma infraestrutura dita econômica e de uma superestrutura dita política, jurídico-estatal. Dessa forma, quando ele fala de estrutura de classes, ele fala, sempre, de estrutura de classes e de Estado. Isto é uma abstração, um conceito, mas que remete a um objeto concreto, que só pode existir em um território definido. A estrutura moderna de classes existe dentro do Estado-nação, mas não se encontra aí confinada. Este é outro aspecto do problema, a se considerar em segundo lugar. Pois é dentro do Estado-nação que se monta a superestrutura, que pressupõe uma infraestrutura capitalista.

O Estado-nação, enquanto entidade moderna, se estabelece sobre um território definido. Este é o ponto que Marx não elucidou perfeitamente. Ele teorizou a questão de apropriação dos meios de produção por uma classe, mas não teorizou, do mesmo modo, a apropriação de um território por uma comunidade, que é, entretanto, a outra dimensão da “forma moderna de sociedade”. Nas sociedades anteriores, isso implicava para os Estados, com a ajuda de seus Aparelhos de Estado, controlar as populações autóctones ou periféricas. Nas sociedades modernas, trata-se da apropriação de territórios.

A modernidade surge quando o mercado e a organização passam a predominar como forma produtiva, ao se articularem sob a égide de um Estado territorial. Esse processo histórico supõe que uma comunidade nacional possa declarar: “isto é nosso”, “é nosso território”. Essa comunidade manifesta esta pretensão organizando a ocupação exclusiva e a defesa militar desse território. O que se pode designar como modernidade política – na qual o povo se empodera na política – emerge quando o povo comum se envolve nessa pretensão coletiva, nesta pretensão arbitrária, segundo a qual se declara: “essa terra é nossa”, é a nossa nobre pátria, domínio eminentemente de toda a nação. A partir desse momento, o povo começa, também, a fazer entender que o objetivo dessa propriedade eminente comum é assegurar a vida, a prosperidade e a identidade de todos os compatriotas. Ele adquire, desde então, um certo poder de pressionar os dominantes. Os habitantes do território, transformados em “compatriotas”, começam a amar a sua pátria. Novo afeto. Nós amamos nossa pátria porque ela “é nossa”. Ela é feita por nós. Nós a amamos de forma apaixonada porque ela não pertence a mais ninguém. E nós damos prova desse amor ao consagrar 5 a 10% do orçamento nacional ao projeto de interditar os intrusos e de exterminar invasores eventuais.

A princípio não se trata, para utilizar um conceito de Freud, de realizar a morte do pai, mas de promover a morte do irmão, ação cuidadosa e constantemente fomentada em todas as cabeças. Ou, melhor, a morte do não-irmão porque, ao lado da liberdade e da igualdade, das quais desfrutam os cidadãos subordinados ao Estado, figura necessariamente a fraternidade, que é a marca da Nação. Própria aos compatriotas, a fraternidade tem como contraponto a exclusão dos outros, porque assim o deseja a instituição do Estado-nação, do solo específico e sagrado da pátria. A morte do não-irmão, inerente à fundação da nação moderna, é o outro tabu que o marxismo não elucidou. É o tabu do extermínio, do

qual só se pode falar por eufemismos. A premeditação da morte do estrangeiro aparece como realização do amor à pátria.

Os Estados-nação apenas existem como elementos do Sistema-mundo. Eles formam um “sistema” ou uma configuração de outra natureza que não a da “estrutura”. Insisto, portanto na pertinência epistemológica dessa dupla primária: estrutura de classe e Sistema-mundo. O apelo do “Sistema-mundo” se impôs no vocabulário teórico de análise da sociedade global, notadamente a partir do momento em que os marxistas sul-americanos começaram a sublinhar que a exploração e a dominação não decorrerem somente da relação de classe, mas também da relação entre centro e periferia. O conceito de “Sistema de nações” é contrário à ideia de um sistema político comum. Ele designa apenas um aspecto essencial, que necessariamente deve ser considerado, da teoria marxista da forma moderna de sociedade. Não se deve esquecer que se a luta de classes fez milhares de mortos, a luta entre as nações fez milhões. A questão é saber qual a natureza da relação entre esses dois registros.

A questão do Sistema-mundo é uma das mais conhecidas do público marxista, sobretudo associada ao debate em torno da problemática do imperialismo, e foi revivida, nas últimas décadas, pelos teóricos da História Global. Gostaria de falar sobre um outro lado da mundialização, que concerne a uma configuração essencial: a do *Estado-mundo*.

O enfraquecimento do Estado Social, nos anos 1970-80, a crise do socialismo, a derrota do que se chamava de “comunismo”, o triunfo do individualismo sobre as solidariedades que ocuparam espaço no pós-guerra, a primazia do instante presente sobre os projetos de longa duração, a dúvida acerca de toda possibilidade de verdade e de toda a comunicação, a desconstrução dos velhos esquemas filosóficos humanistas, todo esse conjunto heterogêneo e matizado, tratado de diversas maneiras, deu forma ao que se nomeou como “pós-modernidade”. Os “pensadores” aos quais se colou a etiqueta de pós-modernos foram notoriamente recusados como vagamente suspeitos. Parece, em efeito, que o termo “pós-modernidade” pode ser considerado como significativo da escalada do neoliberalismo. Mas não é tão fácil se ser fazer tábula rasa do passado. Se se considera – e esta é a minha hipótese – que a modernidade é a fase da humanidade na qual o mercado e a organização (e as relações de classe às quais eles conduzem) se articulam sob a égide do Estado territorial, que compreende um quadro de instituições onde se confrontam as culturas políticas modernas, este processo não se extingue. Ele somente começa a mudar de escala ao ser transposto para o território último, que é o do planeta. Isso significa que nós entramos não numa “pós-modernidade”, mas numa “ultimodernidade”. O neoliberalismo é, portanto, um regime de hegemonia que se impõe, por um tempo, sobre o solo dessa “ultimodernidade”.

O que veremos emergir nos nossos dias é um Estado-mundo-de-classes. As análises necessárias para se assegurar de que este Estado mundo existe realmente se apoiam, evidentemente, sobre dois pontos cruciais. De uma parte, na existência de classes sociais mundiais. De outra parte, na existência de aparelhos de Estado mundiais, aparelhos de Estado do Estado-mundo de classe. Se pensarmos, de acordo com Gramsci e Althusser, que esses aparelhos de Estado são tanto instituições privadas quanto públicas, não é estranho que o Estado-mundo – sendo a ONU o aparelho de Estado-mundo por

excelência – seja tão fraco. O Estado-mundo, na realidade, tem outras facetas, como a OMC, à qual todos as grandes potências aderiram e da qual, portanto, é difícil se retirar. O Estado-mundo existe em todo um conjunto de instituições privadas, como os tribunais de arbitragem ou as bolsas mundiais etc.

Essas duas configurações, a do Sistema-mundo e a do Estado-mundo, se entrelaçam de múltiplas maneiras. De tal modo que a ONU, imagem do Estado-mundo, não podendo exercer o papel de polícia entre os Estados, faz apelo às forças armadas das grandes potências, as quais, obviamente, retiram disso benefícios sistêmicos. Ela trabalha, igualmente, no sentido de adequar as instituições de Estado-mundo aos interesses privados. Mas, certamente, não é falando sobre o Estado-mundo que eu gostaria de concluir, mas abordando a Nação-mundo, que é o seu correlato na era da “ultimodernidade”, assim como a Nação é o correlato do Estado no Estado-nação. Ao termo desta construção teórica, o conceito de Nação-mundo, que se constitui como nossa “pátria última”, aparece como um conceito rigorosamente necessário, mas que falta elucidar. Eu não irei além de algumas propostas estratégicas que me parecem resultar das análises que propus.

TERCEIRA PARTE. A NAÇÃO-MUNDO E O POVO

I

Se pontuará, em primeiro lugar, que há identidade entre a luta social e a luta ecológica. Se minha análise é pertinente, a deriva ecológica deve ser reportada às lógicas da classe dominante. Resulta daí uma linha política para o povo. De um lado, deve-se fazer face à lógica do poder-capital, que é produzir pelo lucro, quaisquer que sejam as consequências. De outro lado, é necessário confrontar a lógica do poder-competente, que é produzir por produzir. No primeiro caso, trata-se de fazer face à invenção permanente, pelos capitalistas, de novas necessidades artificiais e destrutivas. No segundo caso, fazer face à adesão a novos desafios que servem, apenas, para manifestar a glória e garantir o poder dos competentes.

II

Nos deparamos, entretanto, de imediato, com o que parece ser o impulso político do povo, que está preso a uma mundialidade econômica, mas não parece gozar de uma mundialidade política. A produção mundializada de qualquer novo objeto (pensemos nos *Smartphones*) é o efeito da interação de uma multiplicidade de trabalhos de pesquisas, de extração, de fabricação, de transporte, tarefas que se desenrolam simultaneamente em todas as partes do mundo. Elas engajam um produtor mundializado. Ora, não existe nenhum parlamento mundial, nenhum partido mundial, nenhum sindicato mundial, mas somente instituições políticas nacionais. Tal é, pois, o paradoxo: os produtores-consumidores globais se encontram reduzidos à condição provincial de cidadãos puramente nacionais. Quando muito...

III

Neste ponto, entretanto, deve-se retomar o que eu defini como o axioma estratégico do povo: o princípio de aliança-luta de classes. Se os capitalistas não são controlados, submetidos, por um poder competente, eles nos irão conduzir ao caos. E se os competentes não são submetidos a um poder popular, eles não chegarão aos recordes dos recordes.

IV

Essas considerações, entretanto, podem levar à ideia de que é chegada a hora de um poder universal dos competentes. Com efeito, há urgência absoluta de uma planificação ecológica. Pode-se, desde já, adiantar que a tarefa de enfrentar a deriva ecológica em escala global é mais apropriada aos competentes do que ao povo:

- 1) Deve-se, portanto, interrogar em que consiste o “partido ecológico”. A expressão engloba o que precedentemente se falou sobre “partido capitalista”, “partido competente” e “partido popular”. Aí está uma tripartição estrutural do campo político moderno. O que são, pois, os partidos ecológicos? Eles claramente têm a sua base social no mundo dos competentes. Mas o que é próprio a esse partido é que sua situação estrutural só pode ser analisada à escala do Estado-mundo e da Nação-mundo. Os ecologistas pertencem a uma cultura técnica mundial. Eles têm liberdade para pensar no fim dos tempos. Pode-se pensar que é entre eles que serão elaboradas soluções práticas. O capital tende a deles se servir, mas não pode absorvê-los porque a sua lógica é de outra natureza. Com as tecnologias do capitalismo, eles podem fazer, também, quaisquer outras coisas, organizar-se e se imaginar como cabeças de uma futura ordem planetária.
- 2) Não há, entretanto, nenhuma razão para pensar que o curso da história irá conduzir, de forma espontânea, para um novo regime de hegemonia, marcado pela união entre o povo e os competentes, no qual os competentes irão prevalecer. Pode-se pensar que a deriva ecológica começa a atingir um grau de gravidade tão evidente que coisas mais complicadas poderão tornar-se, como em tempos de guerra, extremamente simples, em se tratando de questão de vida ou de morte. Pode-se imaginar que, nessas condições, o povo disporá das competências essenciais e da capacidade de intervenção as mais potentes.

V

Por outro lado, devemos considerar a forma como se constrói o Estado-mundo neoliberal. Ele se constitui no seio de cada Estado-nação, desde quando os capitalistas conseguem conquistar constituições neoliberais, o que possibilita que, definitivamente, estejamos todos englobados na mesma constituição de um Estado-mundo neoliberal, cuja regra é a lei do mercado. Nesse sentido, os defensores dos Estados-nações são os verdadeiros cidadãos do Estado-mundo neoliberal. Mas, se isso é verdade, o inverso também é. É no seio de cada nação, na luta antiliberal, que essa tendência pode estar enraizada. Os cidadãos do mundo não são os gastadores de querosene, que participam das grandes conferências

internacionais, nem mesmo os seus opositores dos fóruns antiglobalização. Os cidadãos do mundo estão, em cada lugar, ocupados em fazer recuar a lógica neoliberal.

VI

Nessas condições, se coloca necessariamente e imediatamente o problema de uma organização política do povo, uma organização orientada para a aliança, e que atrairá, certamente, uma parte dos competentes, aqueles que acharão mais interessante estar com o povo (e, obviamente, se possível, à cabeça do povo, ao invés de sob as botas dos capitalistas). Essa situação ambígua ocorre desde o início do que se nomeou como “movimento operário”, mas as decepções são conhecidas. Elas começam pela tomada do poder de classe pelos competentes. E continuam, em decorrência de sua incapacidade estrutural, pela retomada da força do poder capital. Se o povo quer assumir o leme, deve ser capaz de construir uma organização que escape tanto da magia burocrática da forma-partido quanto da magia carismática da forma-movimento, que tendem, tanto uma como a outra, pela própria natureza, colocar à frente o poder competente. A única forma de escapar a essa tendência é o engajamento em formas políticas associativas, construídas a partir de coletivos ancorados à base e que acreditem no próprio poder e capacidade de conduzi-las ao topo. E isso, a princípio, nos espaços locais e nacionais porque é a partir daí que os espaços mundiais poderão ser alcançados.

VII

Mas o espaço nacional já não é mais a medida do homem. Trata-se aqui, em escala mundo, de lutar contra o “produzir para o lucro” e o “produzir por produzir”. Produzir por uma vida boa e razoável: esta ambição põe em relevância uma outra cultura e um outro afeto distinto do amor à nação. O território nacional é um bem comum. O planeta diz respeito a todos nós, como a nossa última pátria. Mas ele não é nosso. Ele é compartilhado entre os viventes. E esse compartilhamento é nossa própria vida, de todos da espécie humana. A resistência à pulsão destrutiva da dominação só pode se fundar, portanto, sobre o amor da nação-mundo. Uma nação na qual não há inimigos, mas somente parceiros. A urgência central do planejamento é uma urgência de encontrar a felicidade na lentidão, na economia de meios, no amor do vegetal, que faz a conexão, que garante o metabolismo, para retomar a expressão de Marx, entre o animal que nós somos e o mineral de onde viemos e ao qual retornaremos.

Data de submissão: 06/11/2020

Data de aprovação: 13/11/2020